



**A Educomunicação na segunda versão da
BNCC: Caminhos para uma Alfabetização
Midiática e Informacional
integrada ao currículo**

Ismar de Oliveira Soares

O artigo analisa, numa perspectiva educomunicativa, a segunda versão da proposta do MEC para uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC, disponibilizada ao público em maio de 2016, identificando, em sua leitura, reais aproximações teórico-programáticas entre a perspectiva de educação integral explicitada no projeto governamental e os referenciais defendidos pela Educomunicação para a interface Comunicação/Educação. Ao final da análise, o artigo constata que, mantidos os caminhos propostos pelo projeto BNCC, os educadores brasileiros - se bem formados - encontrarão espaços e metodologias para dar conta da proposta da UNESCO em torno a uma bem estrutura alfabetização midiática e Informacional. Para que isso se realize, um profissional especificamente formado para atender esta demanda deve passar a circular entre os profissionais de todos os níveis do ensino básico: o media-educador ou o educomunicador.

Em estudo anterior (A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico¹), identificamos como a prática educomunicativa encontrava-se espelhada em pontos específicos da proposta de reforma do ensino básico apresentada à consulta pública, entre 2015 e 2016, pela Secretaria de Educação Básica do MEC, por iniciativa do Ministro Roberto Janine.

Retomamos o documento governamental, um ano depois, assim que o MEC disponibilizou a segunda edição de sua proposta², revista após o recebimento de 12 milhões de observações e sugestões de internautas que se debruçaram sobre o projeto. Nossas expectativas com a nova redação da BNCC não eram pequenas. Justificava nossa curiosidade uma pergunta simples e direta: Como teriam sido analisadas e julgadas, por um público tão significativo quanto diversificado, as propostas da primeira versão concernentes diretamente à interface Educação/Comunicação?



1 Ismar de Oliveira SOARES. “A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico”, Comunicação e Educação, São Paulo, ECA/USP, v. 21, n. 1 (2016), acessível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>>

2 A segunda versão da proposta de Base Nacional Comum Curricular encontra-se disponibilizada no endereço: <http://estaticog1.globo.com/2016/05/03/MEC_BNCC_versao2_abr2016.pdf>, pesquisado em maio/junho de 2016.

1. A MULTIMODALIDADE APROXIMA LINGUAGENS, ARTES E CIDADANIA

Afirma o documento, em sua página 87:

As relações pessoais e institucionais e a participação na vida em sociedade se dão pelas práticas de linguagem. É por meio dessas práticas que os sujeitos (inter)agem no mundo e constroem significados coletivos. As práticas de linguagem permitem a construção de referências e entendimentos comuns para a vida em sociedade e abrem possibilidades de expandir o mundo em que se vive, ampliando os modos de atuação e de relacionar-se.

A utilização do termo linguagens, no plural, aponta para a abrangência do aprendizado na área de conhecimento, que recobre a linguagem verbal, musical, visual e corporal, e para a integração desses recursos expressivos na participação na vida social. O termo abrange também diferentes formas de experiências: estéticas, sensoriais, sensíveis, corporais, sonoras, cinestésicas, imagéticas, performativas.

Se, por um lado, as linguagens aproximam e podem constituir as formas de interação e a identidade cultural de grupos sociais, por outro lado, podem gerar discriminação e conflitos, decorrentes de percepções e representações sobre a realidade.

Em decorrência da complexidade de fenômeno social produzido pelas práticas de linguagem, o documento chama a atenção para “o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem”, fato que cria demandas por oportunidades de práticas expressivas. Afirma o texto que elas – as modalidades de Linguagens - “interagem na construção de identidades, pertencimentos, valores, e da vida pessoal e coletiva” (pg. 87).

Nessa perspectiva, os pressupostos do documento do MEC permitem que aflore um ponto de toque com o ideário educacional:

Ao longo da Educação Básica a área de Linguagens deve propiciar aos/às estudantes aprendizagens relativas à expansão das possibilidades de uso das práticas de linguagem, com vistas a ampliar suas capacidades expressivas, à compreensão de como se estruturam as manifestações artísticas, corporais e linguísticas e ao reconhecimento de que as práticas de linguagem são produtos culturais e estruturam as relações humanas. (pg.87)

Um ponto de toque se que se transforma em programa de ação, envolvendo, de imediato, as mídias e as tecnologias, considerando-as, fundamentalmente, como “objetos de estudo a que os estudantes têm direito” (pg. 88).

Em termos programáticos, o documento do MEC trabalha com o conceito de “Letramentos”, no plural, aproximando-se ao que a UNESCO define como “Alfabetização Midiática e Informacional”:

A variedade de composição dos textos que articulam o verbal, o visual, o gestual, o sonoro, o tátil, que constituem o que se denomina multimodalidade de linguagens, deve também ser considerada nas práticas de letramento. A escola precisa, assim, comprometer-se com essa variedade de linguagens que se apresenta na TV, nos meios digitais, na imprensa, em livros didáticos e de literatura e outros suportes, tomando-as objetos de estudo a que os estudantes têm direito. As crianças, adolescentes e jovens, mesmo os que ainda não dispõem de acesso a novas tecnologias da informação e comunicação, encontram-se imersos em práticas nas quais são utilizados computadores, caixas-eletrônicas, celulares, entre outros suportes, cujos usos exigem conhecimentos próprios, inclusive para criticá-los. (pg. 88).

Exigir conhecimentos próprios para entender a comunicação e a presença de suas tecnologias no cotidiano da vida social é o que distingue o discurso da Educomunicação em seu diálogo com a Educação formal. No caso, os discursos da Educação e da Educomunicação se emparelham:

Por julgar os letramentos digital e midiático relevantes para a cidadania e para a atuação crítica na vida social, eles são considerados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como direitos a serem assegurados em vários objetivos de aprendizagem, não apenas do componente Língua Portuguesa, mas também dos demais componentes curriculares (pg. 88).

O documento, na linha da proposta da UNESCO, enaltece uma relação crítica e criativa com a mídia. Afirma o texto, na página 185:

Nessa etapa, os/as estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas. As vivências dos/das estudantes em seus contextos imediatos, suas heranças e memórias, seu pertencimento a um grupo, sua interação com os meios de comunicação e outros equipamentos tecnológicos são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas, cabendo à escola estimular questionamentos sobre processos pessoais, naturais e sociais.

Em poucas palavras, os direitos assegurados de acesso à cidadania se tornam mais realísticos quando mediados pelo conceito de Letramento Midiático.

2. DESCUIDO?

De acordo com o documento do MEC, os procedimentos comunicativos se traduzem em exercícios formativos: quem consegue usar criticamente seu potencial de fazer perguntas na vida cotidiana saberá ser crítico na análise de questões socialmente mais complexas e abrangentes:

O estímulo ao pensamento criativo e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de interagir com uma gama mais ampla de produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, favorece posicionamentos críticos frente a questões gerais do seu ambiente natural e da vida social (pg. 186).

Papel semelhante ao do exercício comunicativo é cumprido pela vivência artística, exercida a partir de qualquer uma de suas linguagens (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro): é pela prática artística em suas diferentes modalidades que o aluno compreenderá a função social das manifestações culturais. Daí ser importante que o estudante - respeitado seu nível de aprofundamento cognitivo e psicológico - seja capaz, desde o início de seu período escolar, de “estabelecer relações entre os sistemas das artes, a mídia, o mercado e o consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, os modos de produção e de circulação das artes na sociedade” (pg. 119).

Frente a tão refinada visão crítica e reflexiva, que aproxima o ideário do projeto governamental aos fundamentos da Educomunicação, torna-se pouco compreensível a opção dos autores do projeto de inserir o universo das Linguagens e das Artes num “âmbito integrador curricular” que de longe abrange e representa o conjunto das práticas pretendidas. Estamos nos referindo à opção do documento oficial do MEC em colocar um conjunto de conhecimentos e competências, definido, por sua natureza, como crítico-comunicacional, sob um guarda-chuva de caráter predominantemente técnico, como é o caso da “área integradora” Culturas digitais e computação.

Tal opção está em contradição, até mesmo, com o próprio discurso alimentado pela 2ª versão da BNCC quando esta aproxima o universo das Linguagens e das Artes ao “espaço interdisciplinar” da Área da Cidadania. Para manter a coerência epistemológica do texto, em seu sentido mais global, a Educomunicação representaria - por toda sua potencialidade e por seus vínculos tanto com a Comunicação, quanto com as Artes, e sobretudo com a prática da Cidadania - uma “área integradora” mais adequada. A opção encontrada pelo documento do MEC de vincular Comunicação e Artes ao campo integrador da cultura digital e computacional reafirma, na verdade, a dificuldade que o campo da Educação tem em reconhecer a especificidade e a singularidade cultural da relação Comunicação/Educação, reduzindo-a a seu componente técnico.

3. LETRAMENTOS E USO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

“Letramentos e capacidade de aprender” é o primeiro dos grandes eixos de formação do Ensino Fundamental. Para o documento (pg 179 e seguintes), o conceito de alfabetização envolve tanto a apropriação do sistema alfabético e de aspectos da norma ortográfica, quanto o desenvolvimento de práticas de uso social das diferentes escritas.

O documento reconhece e valoriza as formas de expressão especialmente por sua potencialidade de favorecer o diálogo cidadão. Isso se revela quando a segunda versão do projeto da BNCC define que até desde os anos iniciais do ensino fundamental os alunos devem se preparar para:

- » Interagir de forma ética com o outro, respeitando a diversidade de linguagens como manifestações de identidades.
- » Formular questionamentos, argumentar e posicionar-se diante de situações que envolvam as dimensões éticas, estéticas e políticas, mobilizando conhecimentos das linguagens.
- » Utilizar tecnologias digitais, mobilizando seus recursos expressivos para participar em diferentes campos de atuação (pgs. 279 e 334).

Nesse contexto, a mídia aparece como um espaço a ser observado do ponto de vista político-cidadão.

3.1 Uma Pedagogia para a Leitura

O componente “Leitura” do eixo básico do ensino fundamental aparece como um campo de trabalho didático voltado a lidar com textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos.

Alguns dos gêneros textuais deste campo de expressividade são: notícias; reportagens; cartas do leitor (revista infantil); artigo de opinião; anúncios publicitários; textos de campanhas de conscientização; estatuto da criança e do adolescente; abaixo assinados; cartas de reclamação, regimentos.

O documento do MEC apresenta uma efetiva “Pedagogia da Leitura Crítica”, nos moldes dos tradicionais programas de recepção midiática metodologicamente organizados, propondo como meta para o Ensino Fundamental:

- » Identificar a função de textos como cartazes, anúncios publicitários, campanhas, folhetos, que circulam no contexto escolar e na vida comunitária (1º. Ano).
- » Formular hipóteses sobre o conteúdo de textos que circulam na esfera político-cidadã a partir de aspectos como títulos, chamadas, legendas, rótulos (1º. Ano).
- » Formular hipóteses sobre o conteúdo de textos que circulam na esfera político cidadã e verificá-las (2º. Ano)
- » Reconhecer a importância dos textos que circulam na esfera político-cidadã na organização da vida comunitária (2º. Ano).
- » Localizar informações em reportagens que dizem respeito a temas comunitários (por exemplo, fatos reportados, participantes, local e momento/tempo da ocorrência) (3º. Ano).
- » Utilizar “software”, inclusive programas de edição de texto, para construir, editar e publicar textos multimodais com rapidez e eficiência crescentes (3º. Ano).
- » Identificar, em uma reportagem que trate de tema familiar, argumentos utilizados para sustentar uma opinião (4º. 5º. Anos).
- » Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e tirar conclusões sobre o que é mais confiável (4º. e 5º. Anos).

3.2 Uma Pedagogia para a Escrita

O documento do BNCC propõe, igualmente, uma Pedagogia da Escrita, motivando os alunos a participar em situações de produção especialmente de textos das esferas jornalística, publicitária, política, jurídica e reivindicatória, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos (pg. 362 e seguintes).

Algumas propostas programáticas para os anos iniciais do Fundamental são:

- » Criar, tendo o/a professor/a como escriba, textos curtos que promovam responsabilidade social na sala de aula e na escola (por exemplo, regras de convivência escolar ou “combinados”), adequando a linguagem e o formato dos textos ao propósito e ao público-alvo do texto (1º. Ano)
- » Criar textos para a comunidade mais ampla com o intuito de informar ou persuadir (por exemplo, reportagens, campanhas de conscientização, anúncios publicitários), utilizando linguagem (por exemplo, argumentativa, persuasiva) e elementos textuais e visuais (por exemplo, estilo e tamanho da letra, legendas, leiaute, imagens) adequados para o propósito e público alvo do texto (2º. Ano).
- » Escrever roteiros para simulação de programas de rádio e TV que tratem de temáticas próprias do universo infantil, utilizando recursos variados (escrita, gravações em áudio e vídeo) e considerando a estrutura do gênero (4º. Ano)
- » Escrever textos para públicos oficiais com o intuito de reivindicar (por exemplo, cartas abertas, abaixoassinados, outros textos reivindicatórios), com temas relacionados a situações vivenciadas na escola ou na comunidade, utilizando registro formal, e elementos textuais adequados ao propósito e ao público-alvo do texto (5º. Ano)
- » Escrever roteiros para simulação de programas de rádio e TV que tratem de temáticas próprias do universo infantil, utilizando recursos variados (escrita, gravações em áudio e vídeo) e considerando a estrutura do gênero (5º. Ano).

3.3 Uma Pedagogia para as Relações Comunicativas

O texto da BNCC chega a propor uma Pedagogia para as Relações Comunicativas, quando motiva à adoção de práticas que preveem a participação em situações de escuta e produção oral ou sinalizada, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional, valorizando gêneros como: conversas, recados, diálogos em roda, aulas expositivas, casos, relatos de experiências. São metas a serem atingidas:

- » Participar das interações orais em sala de aula, com liberdade, desenvoltura e respeito aos/às interlocutores/as, respondendo de acordo com o assunto tratado, formulando questões pertinentes.
- » Argumentar e se posicionar sobre questões emergentes no cotidiano escolar ou sobre informações lidas, manifestando opinião, questionando ideias e justificando com coerência sua posição.

4. OS ÂMBITOS DO LETRAMENTO: RESPEITO PELO OUTRO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A Área da Linguagem nos anos finais do ensino fundamental vem fundamentada num forte sentido educacional, levando em conta que, ao mesmo tempo em que se volta ao estabelecimento de relações entre os novos conhecimentos e as culturas juvenis, desafia os/as estudantes ao uso-reflexão de práticas de linguagem que demandem o diálogo entre os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares para que eles possam articulá-los ao lidar com os desafios do mundo que os cerca (pg. 333).

A proposta da BNCC parte do pressuposto de que os/as adolescentes, no final do fundamental, já conhecem e fazem uso de uma gama variada de gêneros que circulam nos campos de atuação de práticas cotidianas. Por isso coloca como desafios o trabalho a) com os gêneros jornalísticos, com o foco em estratégias linguístico-discursivas voltadas para a argumentação; e b) com gêneros de caráter institucional, que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de defesa do consumidor), tão importantes para o jovem nessa etapa de formação. Neste contexto, lembra alguns gêneros textuais deste campo, quais sejam: notícias,

cartas do leitor, artigos de opinião, charges, propagandas, anúncios, classificados, panfletos e cartazes.

Já especificamente em relação às tecnologias digitais, o documento refere-se (pg. 380) à participação dos/as estudantes em atividades que demandam experimentar e criar novas linguagens e novos modos de interação social. São priorizadas situações de interação por meio de textos em língua estrangeira em gêneros do discurso que tratem de relações que os sujeitos estabelecem com o uso de recursos tecnológicos na sua vida para buscar, produzir, compartilhar, divulgar e conservar conhecimentos e participar de comunidades de interesse de modo ético e responsável.

5. A VALORIZAÇÃO DAS ARTES

Uma das grandes novidades da segunda versão da proposta da nova Base Nacional Curricular Comum foi a ampliação do espaço oferecido às Artes no projeto de educação do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

O texto não economiza espaço para explicar como os componentes da formação artística (Dança, Música, Teatro, Brincadeiras e Jogos) devem ser implementados.

A Dança (pg. 243), por exemplo, é pensada como uma rede complexa, uma vez que o/a estudante, ao investir nos aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do corpo em movimento dançante, articula-os ao seu contexto, transforma e problematiza percepções acerca do corpo, por meio de arranjos que permitirão novas visões de si e do mundo.

Assim como a dança, cada um dos componentes da formação artística ganhou densidade própria, com a descrição detalhada das ações a serem desenvolvidas pelos educadores junto aos alunos do ensino fundamental e médio. Mas é o Teatro que ganhou mais espaço, por representar uma atividade multidisciplinar, envolvendo os diferentes sentidos e as distintas formas de expressão.

Toda a perspectiva que o plano da BNCC propõe para as diversas atividades da área de Artes recebeu nítida influência do pensamento da denominada Arte-Educação que valoriza as expressões cotidianas do fazer artístico. No caso, a Educomunicação comunga com os pesquisadores e gestores desta postura, por

entender que Arte, em suas diferentes manifestações, tem sido, para a criança, o adolescente e o jovem, uma forma rica e específica de expressão comunicativa.

6. O SEXTO “TEMA INTEGRADOR”, NO ENSINO MÉDIO

A proposta do novo desenho curricular para o Ensino Médio parte das quatro “dimensões” indissociáveis já definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a saber: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Para a BNCC (pg. 509), a juventude que conclui o Ensino Médio deve ser capaz de questionar, analisar e posicionar-se criticamente no mundo; comunicar-se e intervir em diferentes contextos, usando as várias linguagens (oral, escrita, científica, digitais, artísticas e corporais); solucionar problemas de forma criativa e inovadora; interagir com o outro e suas diferenças; reconhecer, expressar e gerir suas emoções; liderar, empreender e aprender continuamente.

Essa dimensão formativa envolve dimensões estéticas, éticas e políticas, no sentido de cultivar a sensibilidade para o cuidado de si e do outro, a atenção ao mundo no qual se vive e pelo qual é preciso responsabilizar-se. Essa dimensão amplia, ainda, a capacidade dos estudantes de abrir-se às diferenças e apreciar a diversidade, além de prepará-los para apreciar, fruir e produzir cultura.

O documento adverte, de forma explícita, que o desenvolvimento responsável das capacidades discursivas, inclui, entre suas metas, o fortalecimento da capacidade dos jovens de lidar crítica e competentemente com os meios de comunicação que, em seu conjunto, conferem visibilidade e mesmo dão contornos ao espaço do debate público na contemporaneidade.

Tais perspectivas compõem o que o documento denomina como “Educação Integral”. Segundo o texto oficial, a formação integral deve ser o elo articulador e para o qual convergem todas as áreas do conhecimento, de forma que os componentes curriculares, com seus objetivos de aprendizagem entrelaçados aos eixos formativos, componham um mosaico de aprendizagens que assegurem o desenvolvimento dos/das estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e simbólica), incluindo sua relação com o sistema midiático.

O documento chega, finalmente, aos “temas integradores” da prática curricular. São eles: 1) Economia, educação financeira e sustentabilidade; 2) Culturas africanas e indígenas; 3) Culturas digitais e computação; 4) Direitos humanos e cidadania; 5) Educação ambiental. Explica o texto: A o mesmo tempo em que esse sistema expressa compromissos formativos centrais, percebe-se que cada um deles, por atravessar vários componentes curriculares e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, presta-se muito bem à efetivação de ações integradora

Sob nosso ponto de vista, faltou, tanto à primeira quanto à segunda edição da proposta do BNCC, nomear, de uma forma adequada, uma realidade evidenciada no decorrer das 500 páginas do documento: para além do tema transversal denominado “Culturas digitais e computação”, aparece fortemente presente no texto o fenômeno da ação comunicativa articuladora da cidadania comunicacional, convertida, na prática, em autêntico “tema integrador”. No caso, a Educomunicação converte-se em fator central de interdisciplinaridade, uma das virtudes anunciadas para os cinco temas integradores escolhidos, convertendo-se num coeficiente indispensável para o êxito de todo o programa proposto.

Faltou, igualmente, às duas edições do documento, discutir o papel do professor e da abrangência e sua atuação na prática curricular. É condenar ao fracasso todo o esforço reformador se não se analisa a formação do docente para assumir com autoridade e competência as novas funções a ele atribuídas, ou não se reconhece a necessidade de se incluir na estrutura escolar novas figuras profissionais, especialmente para cuidar das práticas descritas como interdisciplinares, antevistas com o reconhecimento de que, para além das disciplinas, existem áreas integradoras de trabalho educativo. O educador é uma destas figuras. Ele já está presente na sociedade e em muitas escolas públicas e privadas, há várias décadas. Folga-nos saber que o sistema universitário passa a reconhecer a urgência de dar-lhe formação superior específica. Em breve, as políticas públicas reconhecerão este fato. É o que esperamos que ocorra.

7. O QUE ESPERAR DO FUTURO

A consulta pública em torno de um modelo único de base curricular nacional despertou entusiasmo de muitos, bem como a desconfiança ou mesmo a rejeição de alguns, como tivemos ocasião de comentar no início do artigo que produzimos sobre a primeira versão da BNCC.

Como é do conhecimento de todos os brasileiros, um fato transcendental para a história do país ocorreu com a deflagração do processo de impeachment da presidente, fato refletido, já na transitoriedade governamental, em profundas mudanças de rumos nas políticas de todos os ministérios, incluindo o da Educação.

Não se tem clareza, no momento da conclusão deste artigo (junho de 2016), sobre os destinos que serão dados, no futuro, aos resultados de documentos como o analisado, submetido a uma consulta pública que envolveu mais de 10 milhões de cidadãos. Este é um dado político imponderável. Estaremos atentos e acompanharemos o desenrolar dos acontecimentos.

No entanto, cabe-nos concluir que aquilo que havíamos proposto realizar o cumprimos com êxito. Documentamos, na conclusão de nosso trabalho, que - independentemente dos matizes políticos e ideológicos dos governantes - a síntese de um esforço de reflexão nacional, encabeçada por lideranças universitárias, pontuou para a emergência de algo novo no cenário da educação brasileira: o reconhecimento da importância dos processos de comunicação na construção de currículos que dialoguem com a contemporaneidade. A Educomunicação se viu, nos meados da segunda década do século XXI, contemplada e legitimada num esforço dos brasileiros pela melhoria da educação em nosso país.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2016/05/03/MEC_BNCC_versao2_abr2016.pdf>.

SOARES, Ismar de Oliveira. "A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico", **Comunicação e Educação**, São Paulo, ECA/USP, v. 21, n. 1 (2016), acessível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>>.

•● O/A AUTOR/A ●•

Ismar de Oliveira Soares é Professor Titular Sênior da Universidade de São Paulo. Bacharel em Geografia e Licenciado em História pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, SP (1965). Jornalista formado pela Faculdade Cásper Líbero (1970). Mestre (1980) e Doutor em Ciências da Comunicação (1986) pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado, em 2000, pela Marquette University Milwaukee, WI, USA. Jornalista responsável pela revista Comunicação & Educação, da ECA/USP, desde 1994 até a presente data. Coordenou, de 1996 a 2014, o NCE- Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. Promoveu, em 1998, em São Paulo, o I International Congress on Communication and Education, reunindo 176 especialistas de 3 países, representando os cinco continentes. Pesquisador FAPESP, ressemantizou, em 1999, após pesquisa realizada junto a uma amostragem latino-americana, o neologismo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface comunicação/educação. Promoveu, em 2002, o Projeto Educom.TV (primeiro curso on line da USP, destinado à formação de dois mil professores do Estado de São Paulo, sobre o emprego da linguagem audiovisual na escola, sob a perspectiva da educomunicação). Promoveu, entre 2001 e 2004, o Projeto Educom.rádio (formação de 11 mil professores e alunos da rede municipal de ensino de São Paulo, para o uso educ comunicativo das linguagens midiáticas no espaço escolar. Promoveu, entre 2006 e 2007, o projeto Educom.rádio-Centro Oeste, junto a 80 escolas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, numa parceria com o MEC. Supervisionou, entre 2006-2012, a aplicação do Curso Mídias na Educação, do MEC, junto a professores da rede pública do Estado de São Paulo, responsável pela formação de 450 cursistas em nível de especialização (360 hs) e 6000 em nível de extensão (o projeto foi executado numa parceria com a UFPE). Presidiu, entre 2001 e 2009, a UCIP - Union Catholique Internationale de la Presse, com sede em Genebra, Suíça. Durante o período, promoveu congressos e atividades de formação para jornalísticas em países como: Tailândia, Canadá, Itália, Croácia, Nepal, Índia, Paquistão, Rússia, Tanzania, África do Sul, Kenya, Sri Lanka, Japão, Colômbia, Peru, Equador e México. Membro do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, do Vaticano, de 2001 e 2009. Participa,

desde 1908, da Equipe de Reflexão da CNBB - conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tendo colaborado para a elaboração do Diretório de Comunicação da entidade (2013). Coordenou o Departamento de Comunicações e Artes da EC/AUSP por dois quadriênios (1998-2001 e 2009-2012). Coordenou a implementação da Licenciatura em Educomunicação junto à Escola de Comunicações e Artes da USP (2011), exercendo, atualmente, a função de Coordenador Pedagógico do curso. Atualmente, preside a ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação. Responsável pela realização dos Encontros Brasileiros de Educomunicação, numa iniciativa do NCE em parceria com a ABPEducom e outras instituições (o VI Encontro foi realizado no campus da PUC/RS, em junho de 2015). Autor de 50 artigos sobre Educomunicação. Entre seus livros destacam-se *Do Santo Ofício à Libertação* (São Paulo, Paulus, 1988), *Para uma Leitura Crítica dos Jornais* (São Paulo: Edições Paulinas, 1984), *Para uma Leitura Crítica da Publicidade* (São Paulo: Edições Paulinas, 1984), *Sociedade da Informação ou da Comunicação?* (São Paulo: Cidade Nova, 1996). *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação* (São Paulo: Paulinas, 2011). Membro do Conselho Diretor do OLCAMI - Observatório Latinoamericano y Caribeño de Alfabetización Midiática e Informacional, com sede na cidade do México